



AS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE NOS PLANOS DE GOVERNO DOS GOVERNADORES DO ESTADO DA BAHIA

CRISTIANO ARAUJO DIAS; EDERLAN ANTONIO DE JESUS; TEMISTOCLES DAMASCENO SILVA

Introdução: As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICs) são recursos terapêuticos baseados no modelo de atenção humanizada que buscam estimular mecanismos naturais de prevenção de doenças, promoção e recuperação da saúde, com uma abordagem holística, acolhedora e com vínculo terapêutico. As PICs são reconhecidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), no Brasil faz parte do Sistema único de Saúde (SUS) por meio da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC) desde 2006. Especificamente, na Bahia, a Política Estadual de PICs (PEPICS-BA) de 2019 foi criada com a intenção de ampliar o acesso às PICs em todos os níveis de atenção a saúde. **Objetivo:** O objetivo deste estudo foi investigar a atenção dada às Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICs) nos planos de governo dos candidatos eleitos para o cargo de chefe do Poder Executivo do estado da Bahia, no que se refere ao período de 2010 a 2022. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, documental e qualitativa. **Materiais e Métodos:** O estudo foi direcionado com base nos pressupostos teóricos da Ciência Política. Os dados foram analisados sob a perspectiva do modelo teórico do Equilíbrio Pontuado. Os dados foram coletados no site www.divulgacandcontas.tse.jus.br. Para tal, utilizou-se os seguintes descritores: “saúde”, “prática”, “integrativa” e “complementares”. Consequentemente, organizou-se os dados com base no ano, governo e partido político. Logo, analisou-se a frequência relativa da atenção às PICs bem como o exame das prioridades elencadas nas pautas identificadas. **Resultados:** A análise evidenciou uma baixa atenção (n=2) com menções apenas em 2022, a qual representou 0,6% do total correlato à saúde. Basicamente, as propostas referem-se à ampliação dos serviços de PICs no Sistema Único de Saúde com ênfase para a população LGBTQIAPN+. **Conclusão:** Apesar da promulgação da PNPICs e PEPICS-BA, em 2006 e 2019, respectivamente, observa-se o vazio existencial do tema nas narrativas políticas dos governadores estaduais ao longo do tempo. Diante do exposto, elenca-se a necessidade de novos estudos sobre a atenção às PICs nas agendas administrativas e legislativas na perspectiva de ampliar o conhecimento sobre o planejamento da política supracitada.

Palavras-chave: **POLÍTICAS PÚBLICAS; PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES EM SAÚDE; AGENDA DE PRIORIDADES EM SAÚDE; PLANOS DE GOVERNO; SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE**